



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001808-18.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Atos Processuais**  
 Embargante: **Banco Bradesco S/A**  
 Embargado: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Banco Bradesco S/A opõe embargos à execução fiscal nº 0515438-72.2014.8.26.0566, que lhe move o Município de São Carlos, e que diz respeito a Imposto Sobre Serviços – ISS. Alega o embargante (a) nulidade da CDA (b) decadência (c) prescrição (d) fatos não tributáveis porque são serviços não constantes da lista da LC nº 116/2003, que deve ser interpretada de modo taxativo (d) confisco e exorbitância das multas.

Embargos recebidos às fls. 118.

Impugnação aos embargos, às fls. 123/161, alegando-se (a) impossibilidade de se rediscutir as teses de nulidade das CDAs, decadência e prescrição, que já foram objeto de exame em exceção de pré-executividade (b) fatos tributáveis na forma da legislação municipal, sendo que a lista da LC nº 116/2003 é opinativa e não exaustiva, ou, ainda que taxativa, comporta interpretação ampla e analógica, levando-se em consideração a natureza dos serviços prestados, o que autoriza o enquadramento dos serviços tributados naqueles previstos nos Itens 95 e 96 da LC 56/87.

Decisão proferida às fls. 611, manifestando-se as partes às fls. 615/616 e 617/619.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da Lei nº 6.830/80, uma vez



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que não há necessidade de produção de outras provas.

As questões relativas a nulidade da(s) CDA(s), decadência e prescrição já foram objeto de análise na decisão que julgou a exceção de pré-executividade (fls. 244/245) e no agravo de instrumento contra ela interposto (fls. 410/417) e, por isso, não serão aqui conhecidas.

Se as teses ventiladas na exceção de pré-executividade são conhecidas pelo julgador, o seu conhecimento implica o seu julgamento na sequência, pelo mérito, naquela sede, donde se impõe afirmar que aquela decisão reveste-se da eficácia da coisa julgada material ou ao menos equivalente.

Nas palavras de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, embora admissível a exceção de pré-executividade em determinados casos, a sua admissibilidade implica o reconhecimento de submetê-se ela a determinado regime jurídico, assim sintetizado: "*Nesse quadro de equilíbrio entre exigências antagônicas, a disciplina das objeções de pré-executividade deve compor-se dos seguintes pontos: a) elas são em tese admissíveis antes ou depois da realização do ato construtivo, não se subordinando, pois, à exigência de segurança do juízo; b) só podem versar matéria que comporte exame in executivis, ou seja, matéria não privativa dos embargos à execução; c) não são admissíveis quando destinadas a repor em discussão as mesmas defesas já repelidas no julgamento dos embargos ou pendentes de julgamento no processo destes; d) inversamente, estes não são admissíveis quando versarem matéria já apreciada a título de objeção de pré-executividade; e) só podem ser processadas quando não houver necessidade de dilações probatórias; f) não suspendem a execução e, portanto, não devem impedir a realização de atos constitutivos (infra, n. 1.845).*" (Instituições de Direito Processual Civil, Malheiros, São Paulo, 2005, 5ª edição, Volume IV, pp. 716 e 717)

Nesse sentido precedente do Superior Tribunal de Justiça: "*Embargos de Declaração. Tributário. Execução Fiscal. Exceção de Pré-Executividade. Preclusão Consumativa.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*1. Determinadas matérias de defesa do executado podem ser aduzidas nos próprios autos da execução por meio de exceção de pré-executividade, o que não quer dizer que não se está utilizando da mesma defesa processual preconizada nos arts. 736 e seguintes do Código de Processo Civil. 2. Aventada a ocorrência de prescrição mediante objeção de pré-executividade, pretensão afastada definitivamente nesta instância especial, a matéria estará acobertada pelo instituto da coisa julgada após o decurso do prazo recursal, não podendo mais ser discutida nas vias ordinárias dos embargos de devedor. 3. Embargos de declaração rejeitados". (EDcl no REsp 795764/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 2ª Turma, j. 16/05/2006)*

**Não serão examinadas aqui, portanto, as alegações de nulidade das CDAs, de decadência e de prescrição, já afastadas pela decisão e pelo acórdão proferidos na exceção de pré-executividade oposta pela ora embargante na execução fiscal.**

Ingressando no mérito, notamos que a execução tem por objeto crédito tributário de ISS e encargos sobre ele incidentes, inclusive multa, relativos aos anos de 2006 (fls. 165/166), 2007 (fls. 171/172), 2008 (fls. 169/170), 2011 (fls. 168) e 2012 (fls. 167).

Os dos anos de 2006, 2007 e 2008 foram apurados no processo administrativo fiscal nº 28.744/2008, lançamento de ofício, sendo que cada exercício foi objeto de um auto de infração próprio, da seguinte forma:

(a) 2006: auto de infração às fls. 549, indicando o tributo da CDA de fls. 166, e também a multa, da CDA de fls. 165; ancorado no termo de encerramento de fiscalização de fls. 550/552;

(b) 2007: auto de infração às fls. 557, indicando o tributo da CDA de fls. 171, e também a multa, da CDA de fls. 172; ancorado no termo de encerramento de fiscalização de fls. 558/560;

(b) 2008: auto de infração às fls. 565, indicando o tributo da CDA de fls. 169, e também a multa, da CDA de fls. 170; ancorado no termo de encerramento de fiscalização de fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

566/568.

Os termos de encerramento de fiscalização mostram que a apuração do fato tributável deu-se com base em valores relativos a "Rendas de Adiantamentos a Depositantes", "Rendas de Empréstimos", e "Rendas de Títulos Descontados", fato confirmado pela embargada na sua manifestação de fls. 617/618, após a instada a manifestar-se a propósito pela decisão de fls. 611.

A cópia do processo administrativo, que veio aos autos por iniciativa do embargado, indica que tais valores foram considerados tributáveis pelo ISS porque seriam equivalentes à "taxa de abertura de crédito", como notamos no parecer de fls. 603/605, que embasou o indeferimento das impugnações feitas, pela embargante, aos autos de infração.

Sem razão, porém.

Tais "rendas", pelo que notamos às fls. 463/520, especificamente às fls. 463 para as "Rendas de Adiantamentos a Depositantes", às fls. 463/471 para as "Rendas de Empréstimos", e às fls. 471/472 para "Rendas de Títulos Descontados", são absolutamente distintas da "taxa de abertura de crédito" e não se confundem com qualquer tarifa bancária cobrada pela prestação de serviços; são, em realidade, verdadeiras "rendas" relativas à operação de natureza financeira ou creditícia, como juros remuneratórios, juros moratórios e outros encargos decorrentes da mora.

As tarifas bancárias, inclusive decorrente da abertura de crédito, estão inseridas em outros códigos, confira-se fls. 503 e ss., e não tem relação alguma com os valores que foram, aqui, tributados.

A tributação do ISS somente é admitida em relação aos serviços congêneres, correlatos, e portanto alcançados pela interpretação ampla (analogica ou extensiva) que se admite em relação a cada item da lista taxativa dos serviços constantes do DL n. 406/68 e da LC n. 56/87.

A exegese, pacífica no Superior Tribunal de Justiça, restou consolidada em julgado sujeito ao regime dos recursos repetitivos, com a seguinte ementa: "*Tributário – Serviços*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Bancários – ISS – Lista de Serviços – Taxatividade – Interpretação Extensiva. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.” (REsp 1111234/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 08/10/2009)*

Foi promulgada então, pelo referido tribunal, a Súmula 424: “é legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL n. 406/68 e à LC n. 56/87”.

No caso em comento, teria que se examinar se os serviços tributados, por interpretação extensiva, poderiam ser enquadrados nos Itens 95 e 96 da LC nº 56/87, in verbis:

95. Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

96. Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços);

Todavia, considerando que a tributação recai sobre rendas como juros e encargos moratórios, com todas as vênias, sequer se está falando de contraprestação por serviços e sim verdadeira atividade financeira ou creditícia. Ainda que assim não fosse, não há qualquer equivalência com os Itens 95 ou 96 acima transcritos.

Sustentou a embargada, às fls. 617/619, o enquadramento no Item 15.08 da lista de serviços anexa à LC nº 116/2003.

Todavia, também aqui não tem razão.

Transcrevo o item:

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tudo o quanto foi dito anteriormente, em relação às listas das leis complementares anteriores, aplica-se a esse item, da LC 116/03, não se podendo confundir a contraprestação por serviços e com verdadeira atividade financeira ou creditícia.

Aliás, o art. 2º, III da própria LC nº 116/03 é explícita ao dispor que "o imposto não incide sobre ... o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras".

**Levando em consideração o que consta do processo administrativo, conforme as folhas dos autos acima mencionadas nesta sentença, a conclusão a que se chega é que as exações dos anos de 2006, 2007 e 2008 são mesmo indevidas.**

As cobranças dos anos de 2011 e 2012, porém, devem ser mantidas.

Isto porque, ao que constatamos dos autos, pela prova trazida, e como vemos (a) às fls. 168, a cobrança de 2011 refere-se a ISS efetivamente declarado - GISS, e apenas não pago, pelo embargante; (b) às fls. 167, a cobrança de 2012 refere-se a multa decorrente do não pagamento, no prazo, de ISS efetivamente declarado - GISS.

Como são impostos declarados pelo contribuinte, evidentemente que não se poderá presumir correspondam a serviços não tributáveis.

Frise-se, sobre essas duas exações, que a impressão deste juízo é que, por serem de menor valor, na realidade, as partes, ao longo dos seus debates, como que desconsideraram as suas existências. **Não me parece que houve alguma argumentação concreta relativa, de fato e concretamente, às cobranças dos exercícios de 2011 e 2012.**

Assim, **conheço em parte** dos embargos à execução e, na parte conhecida, **acolho-os parcialmente** para extinguir a execução no que diz respeito aos valores corporificados nas CDAs aqui copiadas às fls. 165/166, 171/172, 169/170, rejeitando os embargos no que alude aos valores corporificados nas CDAs aqui copiadas às fls. 167 e 168.

Tendo em vista que, monetariamente, o embargante decaiu de parte mínima do





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pedido (os valores das CDAs de fls. 168/168 são relativamente muito pouco significativos), condeno o embargado nas custas, despesas e honorários.

Quanto aos honorários, o valor da causa, atribuído aos embargos, de R\$ 11.198.848,19, atualizado desde a propositura destes até 11.2016, corresponde a R\$ 11.733.526,97, ou seja, cerca de 13.333 salários mínimos.

Levando tal fato em consideração, arbitro os honorários, em conformidade com a regra do § 5º do art. 85 do Código de Processo Civil e os critérios do § 2º do mesmo diploma: (a) na primeira faixa, até 200 salários mínimos, em 10%, o que resulta em R\$ 17.600,00 (b) na segunda faixa, entre 200 salários mínimos e 2.000 salários mínimos, em 8%, ou seja, R\$ 126.720,00 (c) na terceira faixa, entre 2.000 salários mínimos e os 13.333 salários mínimos, em 5%, ou seja, R\$ 498.652,00. Os honorários totais: R\$ 642.972,00, atualizados em 11.2016.

P.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**